

Multifuncionalidade da Agricultura no Assentamento Padre Jésus em Espera Feliz, MG

Multifunctionality of Agriculture in the Padre Jésus Settlement in Espera Feliz, MG

Izabela Obolari Protasio * 

Keila Cássia Santos Araújo Lopes ** 

Resumo

A noção da multifuncionalidade da agricultura surge como uma nova visão e constatação das diferentes funções exercidas pela agricultura familiar e suas contribuições para analisar as dinâmicas no campo. A multifuncionalidade permite uma análise da agricultura para além da função de produção de alimentos e engloba as relações socioculturais entre os agricultores e o ambiente no qual estão inseridos, ou seja, abrange a segurança alimentar e a diversidade de maneiras de garantir a reprodução socioeconômicas das famílias aliado à preservação e conservação dos recursos naturais. O referido trabalho objetivou compreender as múltiplas funções da agricultura de base familiar no Assentamento Padre Jésus, situado no município de Espera Feliz, região da Zona da Mata Mineira. Para a coleta de dados foram realizadas entrevistas semiestruturadas junto aos agricultores, bem como utilizou-se de outros instrumentos metodológicos como o diário de campo, a fotodocumentação e a observação. Constatou-se que no Assentamento Padre Jésus há uma produção diversificada de alimentos e, simultaneamente observou-se uma relação de identidade e pertencimento da comunidade com a referida área. Esse sentimento de pertencimento proporciona que os agricultores busquem fortalecimento das relações sociais, afetivas e da importância de luta pela terra.

Palavras-chave: agricultura familiar; Geografia socioambiental; Zona da Mata Mineira.

Abstract

The notion of the multifunctionality of agriculture emerges as a new vision and observation of the different functions performed by family farming and its contributions to analyzing the dynamics in the countryside. Multifunctionality allows agriculture to be analyzed beyond the function of food production and encompasses the socio-cultural relationships between farmers and the environment in which they live, in other words, it covers food security and the diversity of ways to guarantee the socio-economic

* Licenciada em Geografia. Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) Carangola e pós-graduada em Ensino de Geografia, Meio Ambiente e História-FAVENI. Email: izabelaobolariprotasio@gmail.com

** Docente no Departamento de Humanidades e Ciências Sociais Aplicadas. Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG)-Passos. E-mail: keila.lopes@uemg.br

reproduction of families combined with the preservation and conservation of natural resources. The aim of this study was to understand the multiple functions of family-based agriculture in the Padre Jésus Settlement, located in the municipality of Espera Feliz, in the Zona da Mata region of Minas Gerais. To collect the data, semi-structured interviews were carried out with the farmers, as well as other methodological tools such as a field diary, photodocumentation and observation. We found that the Padre Jésus Settlement produces a diversified range of food and, at the same time, we observed a relationship of identity and belonging between the community and the area. This sense of belonging enables farmers to strengthen their social and emotional relationships and the importance of fighting for the land.

Keywords: family farming; socio-environmental Geography; Zona da Mata Mineira.

Introdução

O contexto histórico de transformação do espaço agrário brasileiro perpassa pela implantação de um parque industrial na década de 1950, sob a égide de um novo estilo de desenvolvimento amplamente subsidiado pelo governo, alterando o papel da agricultura de fornecedora de matérias primas e alimentos pela lógica de mercado (Martine; Garcia, 1987).

Esse modelo dito “moderno” ocorreu na agricultura do mundo todo e no Brasil sob o discurso de aumentar a produtividade para “acabar com a fome no mundo”, enquanto na realidade instaurou-se um modo de saber colonialista considerado universal, cuja pretensão é se tornar superior e aniquilar os sistemas locais de saber (Shiva, 2003), desconsiderando as especificidades das regiões as quais foram implantadas deixando vestígios de destruição, miséria e desigualdade social.

Em contraponto a esse modelo de agricultura capitalista resiste a agricultura de base familiar em que a produtividade e rentabilidade econômica não é considerada como fator determinante, mas as necessidades e anseios da família (Carmo, 1999).

A agricultura familiar apresenta características peculiares como gestão e relações de trabalho, os laços de parentesco, patrimônio passado de geração em geração e a presença dos membros vivendo na unidade produtiva (Abramovay, 1997).

Essas características a diferem de uma agricultura que tem como base a monocultura em larga escala, utilização de sementes transgênicas e aplicação massiva de agrotóxicos, fertilizantes químicos e que contribui com a perda de biodiversidade, a

contaminação dos solos e da água e o esgotamento dos recursos naturais, levando os agricultores a uma dependência e subordinação a esse tipo de tecnologia.

Sendo assim, o conceito de multifuncionalidade da agricultura tem origem justamente num contexto de intensas críticas a esse modelo desenvolvimentista, mas junto aos movimentos de cunho ecológico e a ideologia do desenvolvimento sustentável (Oliveira *et al.*, 2015).

A relação entre uma agricultura multifuncional e o desenvolvimento sustentável advém da II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (ECO-92) realizada no Rio de Janeiro em 1992 dando origem a chamada Agenda 21. Em seu artigo 14 denota que o desenvolvimento sustentável se associa à produção de alimentos que proporcione segurança alimentar envolvendo incentivos econômicos, empregos e geração de renda, redução da pobreza e o manejo dos recursos naturais aliado a proteção do meio ambiente (Ministério do Meio Ambiente, s.d.). Ademais, estabeleceu-se como um dos objetivos a promoção do desenvolvimento agrícola e rural sustentável (Rémy, 2003), e o reconhecimento dos governos sobre o aspecto multifuncional da agricultura (Soares, 2000/2001).

Na realidade brasileira a multifuncionalidade pode ser compreendida como um novo olhar sobre a agricultura familiar que permite analisar a relação entre as famílias e territórios, sobretudo na análise de suas expressões como à preservação e conservação dos recursos naturais, reprodução socioeconômica das famílias rurais, segurança alimentar das próprias famílias e da sociedade e manutenção do tecido social e cultural (Carneiro; Maluf, 2003).

Ainda, faz-se necessário, segundo Porto, Puntel e Chuquillanque (2021, p. 71) “um olhar ampliado sobre a agricultura de base familiar que permite analisar a interação entre as famílias rurais e os territórios na dinâmica das relações políticas e nas demais interações entre sociedade e natureza”.

Assim, partindo-se de que para Jean (2010), o desenvolvimento sustentável abrange equidade social e intergeracional compatível com oportunidades econômicas, acredita-se que territórios que apresentam múltiplas funções são fundamentais para que a sustentabilidade ocorra em plenitude.

Território implica para além de domínio político, mas, apresenta um viés econômico no que tange aos recursos naturais e a apropriação cultural e simbólica

que enfatiza conotação identitária e representativa de grupos sociais no espaço (Haesbaert, 2007).

Portanto, este estudo parte da necessidade de reafirmarmos o quanto a reforma agrária é necessária no Brasil, pois o acesso à terra contribui para a gestão sustentável dos recursos naturais por meio da agrobiodiversidade e, concomitantemente promove a reprodução socioeconômica das famílias rurais. Compreender a história de luta e constituição das áreas de assentamento rurais, suas dinâmicas sociais, culturais, econômicas, produtivas e de manejo dos bens naturais contribui para um entendimento das relações geográficas e socioambientais no campo brasileiro, bem como as políticas de desenvolvimento territorial.

O objetivo do trabalho consistiu em compreender e analisar como se expressa a multifuncionalidade da agricultura em área de reforma agrária em Minas Gerais num contexto de que para além da produção de alimentos, sustento e geração de renda são evidenciadas as relações de sociabilidade que contribui com a manutenção do tecido social e cultural familiar e como a incidência das políticas públicas tem contribuído para o fortalecimento dos territórios no campo.

Este artigo apresenta os principais dados da pesquisa destacando as quatro expressões da multifuncionalidade presente na área de estudo, enfatizando que a agricultura familiar desempenha importante função social, política, econômica e contribui para a organização e estruturação de uma paisagem diversificada em territórios de reforma agrária.

Histórico do Assentamento Padre Jésus e Multifuncionalidade da Agricultura

O trabalho de pesquisa foi realizado no Assentamento Padre Jésus situado no município de Espera Feliz, Minas Gerais e faz parte de um Trabalho de Conclusão de Curso realizado na Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Carangola.

O município de Espera Feliz está situado na Mesorregião da Zona da Mata Mineira e possui uma área de 317,638 km². Limita-se em sua porção norte pelos municípios de Caparaó e Alto Caparaó, ao sul por Carangola e Caiana, a Leste por Dores do Rio Preto (ES), e a oeste pelo município de Divino (Espera Feliz, s. p.).

O Assentamento Padre Jésus faz parte da política de crédito fundiário, criada e estimulada pelo Banco Mundial, a partir de 1990, com o objetivo de aumentar a produtividade econômica e, assim, reduzir a pobreza rural e tem como princípio a compra e venda entre agentes privados (Pereira, 2012, p. 166).

De acordo com Bergamasco, Pamard e Chonchol (1997, p 11):

[...] o termo assentamento rural, no contexto da reforma agrária brasileira, diz respeito a um espaço preciso em que a população será instalada por um longo período. É uma transformação no referido espaço físico, contendo assim, o aspecto de um território realmente habitado e trabalhado por um grupo cujo objetivo é a exploração desse espaço.

No Brasil, os assentamentos rurais foram criados como estratégia para amenizar os conflitos de terra e a falta de planejamento agrário (Oliveira *et al.*, 2015). No caso do Assentamento Padre Jésus o divisor de águas para sua implementação foi um congresso realizado no município de Arapongas, MG, ocasião que os agricultores de Espera Feliz conheceram o Plano Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) e observaram a sua viabilidade (Silveira; Amorim; Nascimento, 2019). Com o conhecimento sobre o programa, alguns agricultores juntamente com o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Espera Feliz-MG (SINTRAF), encontraram uma terra improdutiva no município e começaram as negociações para realização da compra.

A atual área do Assentamento Padre Jésus pertencia a um único dono e as terras se encontravam improdutivas devido a situação financeira desfavorável, oriunda de dívida junto ao Banco do Brasil, situação em que as terras ficaram como garantia de pagamento e destinadas à venda para quitar o débito (Silveira; Amorim; Nascimento, 2019).

Com a necessidade do pagamento da dívida e o interesse dos agricultores em comprar a terra, houve um longo processo de negociação marcado por inúmeras reuniões entre os agricultores, o SINTRAF e o proprietário.

Por constituir um processo demorado o proprietário demonstrou diversas vezes desânimo em concretizar a venda da propriedade. Porém, em 2010 a negociação chegou ao fim e as terras foram liberadas aos agricultores. Ao todo foram contempladas 21 famílias, com uma área de 40 alqueires, sendo que três famílias ficaram com 1,5 alqueire e o restante com 2 alqueires de terras (Silveira; Amorim; Nascimento, 2019), considerando que 1 alqueire equivale a 4,84 hectares em Minas Gerais.

O respectivo assentamento recebeu o nome de “Padre Jésus” como forma de homenagear um padre da região. O sacerdote pregava em suas missas sobre a importância da luta pela terra, como uma resistência ao modelo agrícola vigente, e também incentivava o não uso de agroquímicos e de manejos que degradam o solo. Tendo como referência o histórico de luta pelo acesso à terra que proporcione as famílias camponesas condições e qualidade de vida, geração de renda buscou-se compreender como ocorre a multifuncionalidade da agricultura no Assentamento Padre Jésus.

O conceito de multifuncionalidade é de origem francesa e serviu de base para que fossem adotadas políticas públicas de grande repercussão que se estenderam posteriormente a União Europeia (Carneiro; Maluf, 2003) e foi incorporado em 1999 como política agrícola na França, sobretudo a partir do debate acadêmico e de um governo comprometido com as questões socioambientais (Candiotto, 2009).

No Brasil a Multifuncionalidade da Agricultura se instala como uma forma de dissociar-se do modelo de desenvolvimento agrícola hegemônico, tendo em vista que a agricultura familiar se manteve diversificada tanto social como culturalmente, mesmo com toda a pressão do mercado capitalista (Porto; Puntel; Chuquillanque, 2021).

Para Alves (2004), o que possibilita que a agricultura familiar se diferencie desse modelo hegemônico de agricultura capitalista é a capacidade de resistência e resiliência frente a organização produtiva, característica que constitui elemento base da construção social da multifuncionalidade da agricultura.

Carneiro e Maluf (2003) apontam que diferentemente da realidade francesa, a noção de multifuncionalidade da agricultura no Brasil deve levar em consideração o estímulo à produção de alimentos e o fortalecimento da renda dos agricultores e destaca quatro expressões para sua análise:

A *reprodução socioeconômica das famílias rurais* diz respeito à capacidade na geração de trabalho e renda que permita com que as famílias rurais permaneçam no campo (Carneiro; Maluf, 2003). A agricultura familiar desempenha um papel central para a reprodução socioeconômica das famílias rurais, mesmo que os agricultores dependam cada vez menos da produção agrícola própria (Candiotto, 2009). Fatores que comprovam esse fato decorre do censo agropecuário de 2017 realizado pelo IBGE, demonstrando que a agricultura familiar constitui 67% do pessoal ocupado em agropecuária no país.

No que tange a dimensão “segurança alimentar das famílias rurais e da própria sociedade”, verificou-se que a consolidação desse conceito marca o período pós-Primeira Guerra Mundial e relaciona-se com a capacidade de cada país para alimentar o próprio povo (Carvalho Neto, 2016).

Após a Conferência sobre a Alimentação em 1974, passou-se a reconhecer o problema da fome, principalmente nos países desenvolvidos indicando o despertar do mundo para o entendimento de que a desnutrição e a fome eram um problema de acesso e não de produção (Carvalho Neto, 2016).

De acordo com Amaral *et al.* (2016), na atualidade o conceito de segurança alimentar e sua ascensão se tornaram bens públicos, pelo fato de promover a biodiversidade, a paisagem natural e por garantir a permanência da herança cultural das comunidades, se tornando a maior contribuição da agricultura.

A partir desses apontamentos Jesus (2007, p. 207) destaca que:

A segurança alimentar não está relacionada somente com a produção de alimentos, mas sim, a forma como esses alimentos foram produzidos e em que ambiente foram produzidos está muito mais relacionada com a rigidez ecológica, ou seja, a saúde do ambiente de produção agrícola, deve-se levar em conta que somente inovações tecnológicas não resolvem o problema da fome, a revolução verde está condenada pela insegurança alimentar que causou.

Os agricultores familiares pela necessidade de garantir o sustento de suas famílias acabam diversificando a produção para autoconsumo e comercializam o excedente. Segundo a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e Agricultura (FAO, 2018), a agricultura familiar é responsável por 80% da produção de alimentos do mundo.

Desse modo, a “*Manutenção do Tecido Social e Cultural*” não perpassa somente pelos aspectos da reprodução socioeconômica das famílias e a segurança alimentar, mas, compreende a identidade social dos sujeitos e as suas relações em comunidade.

Com isso, o afeto constitui-se como o principal elo para consolidar o sentimento de pertencimento, os laços afetivos no núcleo familiar, a memória e identidade de um indivíduo associado a uma comunidade (Machado, 2018).

Ainda Machado (2019, p.13878) destaca que:

O afeto à família e à comunidade é um sentimento presente e intenso nas relações em comunidade. Tradição, costumes, hábitos, cultura e educação que perpassa gerações, mantêm-se e transformam-se na história de uma comunidade particularmente (Machado, 2019, p.13878).

A reciprocidade também se instala pelo valor que os vínculos correspondentes representam para a sociedade, além de contribuírem com a conservação de normas sociais criadas a partir dessas relações, e que vão ser passadas de geração em geração garantindo a sobrevivência da agricultura camponesa (Sabourin, 2011).

Sobre a “*Preservação dos Recursos Naturais e da Paisagem Rural*”, Carneiro e Maluf (2003) salientam que ainda é preciso ampliar o debate sobre as contribuições (ou danos) da agricultura para a preservação dos recursos naturais e do patrimônio cultural.

Todavia, é importante destacar que o agricultor possui uma relação íntima com a terra que se caracteriza como o seu lugar de moradia, trabalho e esses motivos são propulsores na busca por diferentes formas de produção que não agredam, nem destruam a natureza, valorizando o trabalho humano e trazendo benfeitorias para o povo do campo e das cidades (Wanderley, 2009).

Os programas públicos vêm contribuindo e evidenciando os diversos papéis da agricultura familiar no que tange a noção de MFA e têm sido incorporados alguns elementos ao debate e a políticas públicas, porém, de forma segmentada e colaborativa com o eixo central dos programas (Bonnal; Maluf, 2009).

Entre as políticas públicas do Brasil que adotam elementos relacionados a Multifuncionalidade da Agricultura, destacam-se:

- I.O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), que denota o potencial fomento de atividades econômicas rurais, mas também se constitui como influenciador das dimensões sociais, ambientais e culturais (Maluf, 2002).
- II.O Programa Fome Zero que orientou uma política de promoção da segurança alimentar e nutricional da população vulnerável (Chiodi; Marques, 2018).
- III.O Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), servindo como base de apoio à comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar em trabalhos de combate à fome, estimulando transformações sociais, econômicas, ambientais e produtivas (Marques; Le Moal; Andrade, 2014).
- IV.O Programa de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais, teve foco na organização social dos territórios rurais (Chiodi; Marques, 2018).
- V.Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Produção Familiar Rural na Amazônia, que foi desenvolvido pensando na gestão dos recursos naturais (Bonnal; Maluf, 2009).

VI.Programa Nacional de Alimentação Escolar-PNAE:

Tem por objetivo contribuir para o crescimento e o desenvolvimento biopsicossocial, a aprendizagem, o rendimento escolar e a formação de hábitos alimentares saudáveis dos alunos, por meio de ações de educação alimentar e nutricional e da oferta de refeições que cubram as suas necessidades nutricionais durante o período letivo (Brasil, 2009).

A partir desses programas, especialmente o PRONAF, a agricultura familiar começou a ganhar a atenção de outros setores da sociedade, principalmente na geração de emprego (Lima *et al.*, 2019).

Portanto, a aplicação de políticas de incremento a renda, seja por transferências governamentais, estímulos a produção, acabam garantindo a permanência desses agricultores no campo (Santos *et al.*, 2005). A compensação do Estado ao agricultor evidencia o compromisso da sociedade com a MFA e com um ambiente mais saudável, integrado e com vistas ao bem viver, à sustentabilidade.

Multifuncionalidade da Agricultura no Assentamento Padre Jésus

Os dados referentes à multifuncionalidade da agricultura no Assentamento Padre Jésus referem-se a onze famílias entrevistadas. As entrevistas semiestruturadas organizadas em blocos contemplaram as quatro expressões da multifuncionalidade associadas à técnica de observação participante, tendo em vista que a presente pesquisa foi realizada por uma moradora do respectivo assentamento, que para além do levantamento de dados, acompanhou toda a trajetória dos agricultores, suas lutas e desafios e conquistas desde sua implantação.

Associada à utilização do diário de campo e fotodocumentação da área e atividades desenvolvidas foi possível verificar que a produção familiar no assentamento é destinada ao consumo e a comercialização do excedente. Destaca-se o grupo de Mulheres “Raízes da Terra” que contribui para a organização das atividades desenvolvidas, dentre as quais a venda direta na feira de Espera Feliz, MG. O grupo de mulheres contribui para fortalecimento das famílias pela obtenção de renda oriunda do artesanato, crochê, hortaliças, pães, doces.

Além disso, por se constituir uma área de reforma agrária, o Assentamento Padre Jésus conta com a colaboração de instituições que buscam estabelecer junto aos

agricultores diferentes ações e projetos em busca de benfeitorias para a localidade. Entre as instituições parceiras destacam-se o SINTRAF e a Cooperativa de Produção da Agricultura Familiar Solidária de Espera Feliz (COOFELIZ).

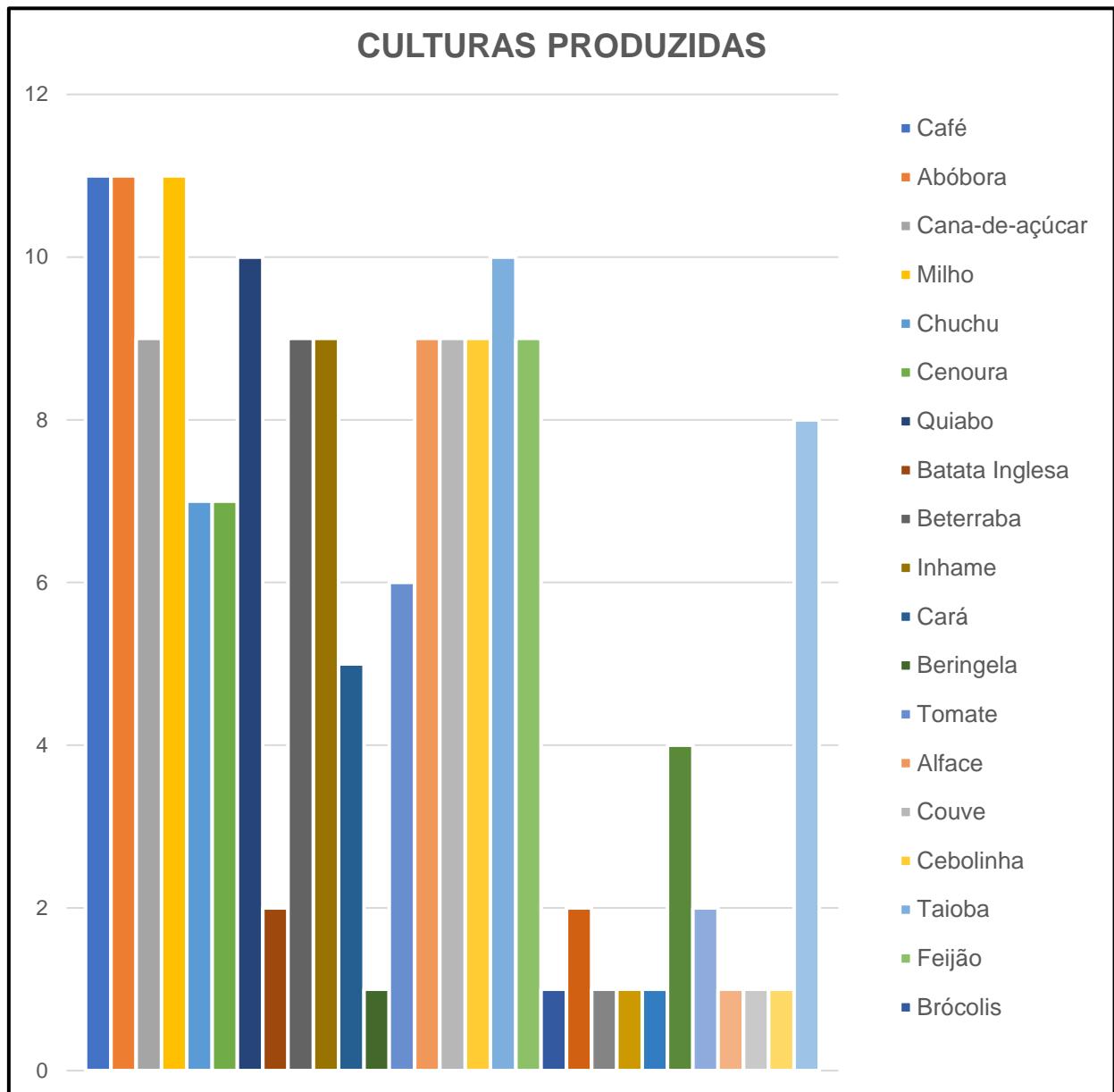
Como resultado dessa colaboração e dos projetos desenvolvidos, os agricultores foram beneficiados com os custos do material para a criação de galinheiros em suas propriedades, bem como, está em processo de construção uma agroindústria em parceria com a COOFELIZ, favorecendo na geração de empregos e no escoamento da produção diversificada desses agricultores.

Essas relações de parceria revelam que a organização, sociabilidade, coletividade presente no assentamento, além da geração de renda contribui com a manutenção do tecido social e cultural.

As famílias do assentamento têm como “carro chefe” a produção de café, essa atividade representa grande parte da renda dos agricultores, e se estabelece de forma predominante por conta grande visibilidade e valor agregado que esse produto possui na região. Além disso, por ser uma cultura bastante desenvolvida os mesmos conseguem escoar com facilidade a produção, comercializando o café por meio de atravessadores ou com empresas cafeeiras da região.

Depois da produção cafeeira destacam-se a produção da abóbora e milho (Gráfico 1). No entanto, há produção expressiva de outras culturas como o quiabo e a taioba produzidas por dez dos onze agricultores entrevistados, seguidos pelos cultivos de cana-de-açúcar, beterraba, alface, inhame, couve e cebolinha que são cultivados em nove propriedades. A batata doce é cultivada por oito entrevistados (as), e, consecutivamente, legumes como a cenoura e o chuchu são cultivados por sete agricultores (as). O tomate é produzido por seis entrevistados (as). Já a produção de cará, presente em cinco unidades produtivas e o alho em quatro. Culturas como, mandioca, mostarda e batata inglesa são plantas cultivadas por dois agricultores (as) e as demais culturas (cebola de cabeça, soja, arroz, salsinha, coentro, serralha, brócolis e berinjela) são produzidas em apenas uma unidade produtiva (Gráfico 1).

Gráfico 1 - Culturas Agrícolas Produzidas no Assentamento Padre Jésus



Org.: Autoras, 2024.

No Gráfico 1 é possível verificar que os agricultores do Assentamento Padre Jésus cultivam uma grande diversidade de culturas. De acordo com Porto, Puntel e Chuquillanque (2021) a produção diversificada é uma estratégia dos camponeses para sustentar o complexo familiar (autoconsumo) e ao mesmo tempo comercializar o excedente.

Na Figura 1 são observadas algumas das culturas produzidas pelas famílias do Assentamento Padre Jésus.

Figura 1 - Culturas Agrícolas Produzidas no Assentamento Padre Jésus



Fonte: As autoras, 2024.

A diversidade de frutas é notória, tendo em vista que os onze agricultores cultivam banana, mexerica e laranja, seguido de nove que produzem mamão e abacaxi. Em conseguinte, observou-se que sete agricultores (as) produzem abacate e cinco, mangas. Frutíferas como a ameixa, o limão e a goiaba são cultivados por quatro entrevistados (as), enquanto a melancia, a uva e acerola são produzidas por três agricultores (as). A produção de pitanga, amora e pêssego é desenvolvida por dois entrevistados (as), enquanto as demais culturas (morango, lichia, jambo, jamelão, carambola, tangerina, jaboticaba, uvaia) são cultivadas em uma propriedade.

O escoamento dos respectivos alimentos são via políticas públicas e programas criadas em prol da agricultura familiar, com o PAA e o PNAE, via COOFELIZ. Entretanto, além da venda dos alimentos para os devidos programas, parte desses produtos são comercializados em feiras-livres na cidade de Espera Feliz, pelos próprios agricultores ou atravessadores.

Além da produção de legumes, café, verduras e frutíferas é presente a criação animal no assentamento. De acordo dados levantados verificou-se que 64% dos entrevistados criam galinha e 18% optaram pela criação de porco e vacas e bois, respectivamente. Segundo os agricultores grande parte dessa produção é destinada ao consumo familiar, ou seja, para suprir as necessidades da família, e o excedente é comercializado nas feiras-livres ou nas propriedades.

Os cultivos e a criação de animais e seus subprodutos (ovos, leite, carne) também são utilizados para o consumo das famílias. De acordo com Grisa (2008), a produção diversificada para autoconsumo é uma estratégia fundamental dos agricultores familiares, uma vez que a mesma garante uma alimentação de qualidade para a família.

A diversificada produção de alimentos para o autoconsumo dentro das propriedades rurais campesinas, considerada uma atividade de segundo plano, assegura além da subsistência do complexo familiar, a segurança alimentar destas famílias, a cultura herdada do modo de fazer agricultura, que foi e ainda é discriminada pelo atual modelo de agricultura fruto da modernização da agricultura (Porto; Puntel; Chuquillanque, 2021, p. 78).

Todos os onze agricultores entrevistados mencionaram de maneira assertiva que a diversidade de cultivos proporciona menores custos em mercados, além de contribuir com a segurança alimentar da família e da sociedade com a comercialização. Observe os relatos a seguir que denotam a percepção dos agricultores quando indagados sobre a importância da diversidade produtiva e alimentar:

“Sim, para o próprio consumo é fácil plantar. Hoje em dia eu priorizo cuidar da minha propriedade, trabalhar com calma, pensando na minha saúde” (A.A.D.G).

“Sim, pelo menos aqui em casa nós precisamos comprar pouca coisa. Se plantarmos um pouco de cada coisa já conseguimos nos manter e mesmo se você não tiver você vende o excedente e compra o que precisa com o dinheiro” (S.A.S.S).

“Sim, porque aqui colhemos uma grande diversidade de produtos e precisamos comprar só o básico” (D.R.E).

As falas dos agricultores entrevistados enfatizam que a produção diversificada é uma estratégia de sobrevivência para a agricultura familiar quer seja no tocante acesso a alimentos e na economia gerada pelo fato de não precisar comprar. Somados a esses fatores destaca-se que a diversidade proporciona níveis de segurança alimentar para as famílias rurais e toda a sociedade devido a possibilidade de consumo próprio e venda de excedentes. Isso implica a efetiva necessidade de políticas públicas que visam contribuir com produção de base familiar, bem como os processos organizativos e de escoamento da produção.

Quando indagados sobre os programas de desenvolvimento territorial e sua eficiência como o PRONAF, PAA, PNAE entre outros, os entrevistados destacaram que:

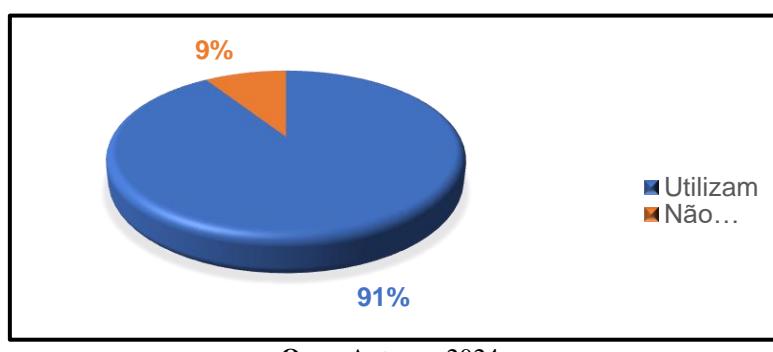
“Pode melhorar. Os programas ajudam muito, mas precisa melhorar principalmente a distribuição. Se eles dividissem em grupos, por exemplo, e dessem a cada agricultor uma cultura para que ele produzisse mais e entregasse em quantidade, ajudaria todos os moradores e fortaleceria a agricultura familiar. Também falta iniciativa das cooperativas em comprar dos agricultores porque eles produzem e não tem saída” (A.A.D.G).

“Não, porque de certa forma os programas não chegam para todos. O PRONAF, por exemplo, nós temos acesso, mas os juros sobre esse empréstimo são altos, ou seja, de imediato ele te ajuda a longo prazo, ele te prejudica, então não é fácil para algumas pessoas. No nosso caso, em anos de baixa produção foi necessário recorrer a outros empréstimos para quitar a parcela do PRONAF e criar um ciclo vicioso, difícil de sair” (D.R.E).

A partir dessas informações, observa-se que os agricultores reconhecem a importância desses programas. No entanto, notou-se ausência e/ou fragilidades na organização, direcionamento e efetividade dos programas voltados ao desenvolvimento territorial no município no qual o Assentamento Padre Jesus se encontra inserido. Acredita-se que haja necessidade de um fortalecimento das ações coletivas na área de estudo para dialogar com o poder público local, no intuito de garantir a efetividade dos programas para todos (as) os agricultores (as).

No que concerne à expressão da multifuncionalidade “Conservação dos Recursos Naturais e da Paisagem Rural” os agricultores foram indagados sobre a utilização de agrotóxicos. Observou-se que 91% dos (as) entrevistados (as) utilizam e apenas 9% dos agricultores não utilizam agrotóxico (Gráfico 2). Essa é uma questão e um panorama que também perpassa pela agricultura familiar. O Brasil é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo, dentre os quais algumas substâncias são proibidas na Europa (Bombardi, 2017).

Gráfico 2 - Utilização de Agrotóxicos no Assentamento Padre Jesus



O fato de 91% agricultores utilizarem agrotóxicos, representa uma fragilidade no cumprimento da preservação e conservação dos recursos naturais e da paisagem rural, uma vez que acarretam a contaminação do solo, da água, e consequentemente dos seres humanos. De acordo com os relatos dos (as) agricultores (as), esses agrotóxicos são utilizados principalmente na lavoura de café.

Acredita-se que seja urgente uma política e programas que possibilitem a transição de sistemas que utilizam insumos químicos para orgânicos e/ou de base agroecológica que atendam a necessidades de acesso à terra mas também contribuam com uma assistência técnica voltada aos princípios de uma agricultura sustentável associada a estruturação, fortalecimento de associações e cooperativas insumos orgânicos, estocagem, manipulação, gestão e escoamento dos da produção e subprodutos como um todo integrado.

Por outro lado, verificou-se que são utilizadas diversas práticas agroecológicas nos cultivos. Observou-se que onze agricultores praticam a capina manual e deixam a cobertura morta na lavoura. Também são implantadas por nove entrevistados (as), a rotação de culturas e quatro que adotam o sistema de quebra-vento. Salienta-se que tais práticas contribuem com o manejo do solo, a exemplo da cobertura morta, rotação de culturas.

Uma peculiaridade do Assentamento Padre Jésus é a localização próxima ao Parque Nacional do Caparaó com distância aproximada de 4,2 km do assentamento até a referida área (Google Earth, 2023). De acordo com Sistema Nacional de Unidades de Conservação (Lei 9985/2000) o Parque Nacional do Caparaó se enquadra como um parque estadual de proteção integral.

Sobre a reserva legal, observou-se que 55% dos agricultores possuem em seus lotes. Ao mesmo tempo, demonstram interesse e reconhecem a importância de sistemas de manejos sustentáveis como as agroflorestas como observado a seguir:

“Nossa reserva é agroflorestal, temos árvores nativas, frutíferas, plantas medicinais, etc. Seria ótimo se todas as propriedades tivessem, principalmente por conta da água. A água é a base de tudo (depois que começamos a consumir a água dessa mina protegida não passamos muito mal). No modelo de produção atual, o meio ambiente, o solo já é muito devastado, então se fizermos o mínimo para proteger, já ajuda muito” (A.A.D.G).

Acredita-se que iniciativas e/ou projetos de implantação de sistemas agroflorestais na Zona da Mata Mineira são de grande importância, no intuito de contribuir com a

inserção de uma paisagem diversa, biodiversa e que pode estar vinculada à área de preservação do parque aliado à conservação.

Os agricultores entrevistados mencionaram ainda que observam a importância de áreas protegidas e reserva legal como benéfica ao destacarem que:

“Fizemos um poço artesiano e nem precisamos usar por conta da mina d’água. Temos esse pedacinho protegido, mas eu queria mais, procurei o sindicato dos trabalhadores atrás de mudas, mas não consegui. Na verdade, todas as propriedades deveriam ter uma área de reserva, alguns anos atrás, por exemplo vários moradores do assentamento se queixaram por conta da falta de água e aqui nós nunca tivemos esse problema. Pensando nesse sentido, priorizamos cuidar melhor porque quanto melhor a gente cuida mais vantagens nós temos. As árvores que temos, nós conseguimos com a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) e com o secretário do meio ambiente, em Espera Feliz. Quando plantamos não pensamos só em nós, também pensamos nos passarinhos que se alimentam dos nossos frutos e que vão ajudar a disseminar as sementes pelos caminhos que passarem, o número de espécies de pássaros também aumentou muito depois que plantamos essa reserva apareceu tucano e outras espécies que nunca tinham vindo por aqui” (A.A.D.G).

“As matas seguram a água, se tirar ela a água seca. Preservar as matas, reflorestar ajuda a proteger inclusive o lençol freático de onde vem a nossa água através do poço artesiano” (D.R.E).

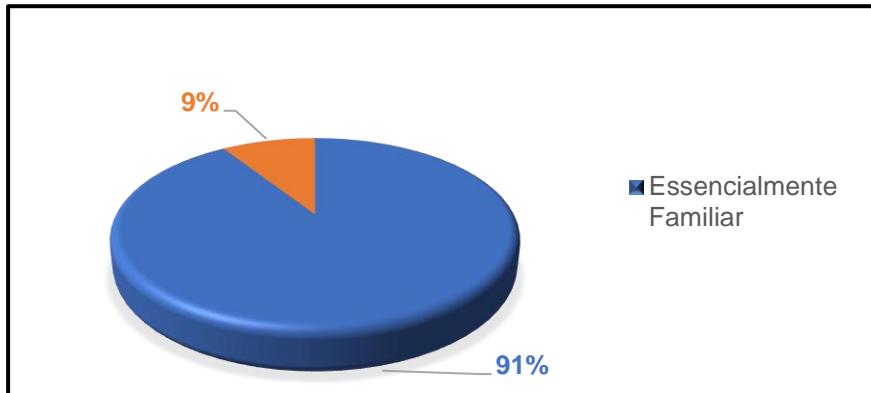
Observou-se que os assentados conseguem perceber a importância de da conservação da biodiversidade aliada a produção de frutos, alimentos e presença de água. Salienta-se que as áreas protegidas contribuem para a geração de serviços ecossistêmicos essenciais para a continuidade de todas as formas de vida. Nesse sentido, a agricultura familiar é que ainda propicia o desenvolvimento de uma agricultura multifuncional pautada na diversidade, biodiversidade, geração de renda, emprego e permanência de uma cultura que garante o alimento para sociedade brasileira.

Sobre a dimensão da multifuncionalidade “Reprodução Socioeconômica das Famílias Rurais” notou-se através do Gráfico 3, que 91% dos entrevistados (as), afirmaram que a mão de obra utilizada na propriedade é essencialmente familiar. Apenas 9% destacaram utilizar mão de obra familiar e temporariamente contratada (Gráfico 3).

O entrevistado que contrata de forma temporária afirma que: “Faço essas contratações raramente, somente na época da colheita do café, quando as faço”. (E.S.O).

Essa realidade demonstra como a agricultura familiar desempenha um papel importante na consolidação da multifuncionalidade, sobretudo, na manutenção do tecido social e reprodução socioeconômica e possibilidade de renda atrelada ao campo.

**Gráfico 3 - Mão de Obra Utilizada nas Unidades Produtivas do
Assentamento Padre Jésus**



Org.: as autoras, 2024.

Todavia, 82% dos entrevistados afirmaram que a renda da família não é proveniente apenas das atividades agrícolas desenvolvidas dentro das suas propriedades:

“Na época da colheita de café costumo trabalhar a dia, porque consigo fazer bastante dinheiro, quase 2.000 reais por semana. Mas fora isso, eu não trabalho para fora só na minha propriedade, porque não compensa trabalhar a dia, você se esforça muito para ganhar pouco e não tem hora para parar e por isso meu sonho sempre foi ter um pedacinho de terra” (A.A.D.G).

“Trabalhamos na colheita de café em outras propriedades” (R.F.S).

Os relatos dos agricultores nos mostram que durante a colheita do café é expressiva a possibilidade de garantia de renda para as famílias rurais. Essa atividade, apesar de lucrativa gera renda aos agricultores apenas em determinada época do ano. Isso implica o quanto a monocultura mesmo garantindo renda favorável não contribui efetivamente para garantir a sobrevivência da família durante todo o ano. Desse modo, acredita-se que a produção alimentar diversificada contribui para a segurança alimentar das famílias e sociedade, bem como com uma renda mensal da venda em feiras, dos subprodutos etc.

Por outro lado, há agricultores que buscam trabalho fora da unidade produtiva justamente para contribuir com as despesas da lavoura de café como observado no relato seguinte:

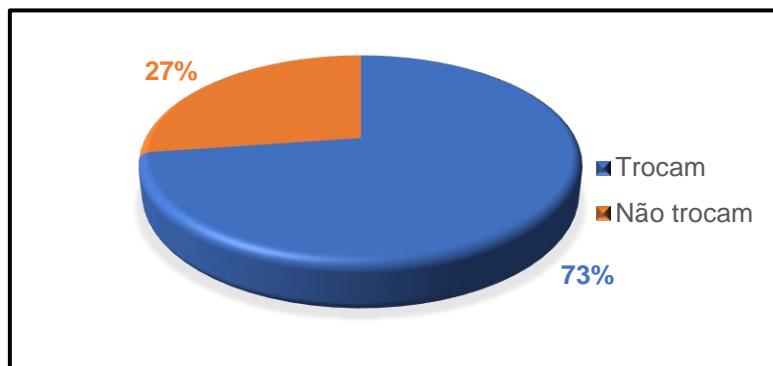
“Porque tenho medo de que a produção da nossa propriedade não seja suficiente para o nosso abastecimento, por isso recorremos a outros trabalhos como forma de sustentar a família e porque a produção em si gera muitos gastos (adubação, limpeza do café) e só o café não dá. Vendo outras coisas, por exemplo, o manjericão para um restaurante da região e com o dinheiro que ganho compro outros alimentos para casa” (E.B).

Portanto, além de sua principal renda ser proveniente da monocultura do café, os agricultores (as) precisam destinar grande parte da mesma para a manutenção da lavoura de café. Isso sinaliza a dependência dos agricultores com as indústrias (maquinário, compra de insumos químicos, etc) que apresentam custo elevado e que vigora de acordo com um mercado financeiro instável.

Sendo assim, a pluriatividade se manifesta de modo permanente no Assentamento Padre Jesus, como forma de sobrevivência dos indivíduos ligados ao domicílio rural (Abramovay, 1992) e de garantia da reprodução socioeconômica de suas famílias.

No que diz respeito à “Manutenção do Tecido Social e Cultural” verificou-se que 73% dos (as) agricultores (as) trocam serviços e favores com seus vizinhos. Apenas 27% afirmaram não realizar trocas ou favores (Gráfico 4).

**Gráfico 4 - Troca de Favores e ou Dias de Serviços entre os Agricultores (as)
no Assentamento Padre Jesus**



Org.: as autoras, 2024.

Sobre as trocas realizadas pelos agricultores entrevistados foram observadas as seguintes informações: “Troco dias de serviço para trabalhar no quintal” (A.A.D.G); “Troco dias de serviço” (D.R.E); “Troco dias de serviço com os vizinhos” (E.B).

O que leva os camponeses (agricultores) a trocarem dias de serviço e/ou realizarem mutirões é o cuidado com a herança de reciprocidade que existe nas comunidades camponesas, onde os vizinhos auxiliam uns aos outros em diferentes momentos de necessidade (Sabourin, 2011). Essas relações confirmam que a agricultura

é muito além da produção de alimentos, mas, apresenta múltiplas funções, às quais são observadas na reciprocidade, solidariedade, compadrio entre famílias.

Quando os (as) agricultores (as) foram questionados se venderiam as benfeitorias dos lotes 100% dos agricultores disseram que não e demonstram em suas falas vínculo com a terra e o território no qual estão inseridos:

“Porque o sonho era comprar o sítio e ter um lugar para morar” (E.B).
“É uma conquista e auxilia para não precisarmos ser meeiros novamente” (I.C.O.P).

“Porque era um sonho nosso conseguir a terra. Se não fosse o projeto de crédito fundiário, nós jamais conseguiríamos comprar terras nessa região, porque antes de eu vir para o assentamento eu morei na região e nós tentamos comprar um alqueire de terra e estavam cobrando 70 mil reais, ou seja, muito mais do que pagamos no sítio. O nosso assentamento tem uma localização excelente, perto do asfalto, então somos privilegiados. Nós viemos para cá de “galhada”, morávamos na comunidade do cruzeiro perto de uma família que também vive no assentamento e o vizinho falava conosco: “Um dia vamos poder comprar aquela fazenda” se referindo a essas terras, e achávamos graça que ele era um sonhador. Fomos para lugares diferentes e nos afastamos. Quando voltamos para o cruzeiro uma amiga da família que tinha entrado no projeto, mandou o recado para nós, dizendo que uma família tinha desistido e perguntando se queríamos entrar. Nós entramos no projeto graças a eles e vivemos praticamente um sonho mesmo” (M.E.S).

“Porque aqui é o nosso lar e queremos passá-lo de geração em geração” (E.S.O).

“Porque ter um pedacinho de terra sempre foi o meu sonho e agora não posso jogar o meu sonho fora” (A.P.S).

Nos relatos dos agricultores assentados fica claro a relação de vínculo e apego, afeto com a terra, o campo. A reforma agrária, o acesso à terra proporciona uma agricultura multifuncional que de fato contribua com toda a sociedade quer seja na garantia de alimentos em quantidade, qualidade, e nos benefícios oriundos da conservação e preservação da paisagem rural que gera os serviços ecossistêmicos.

Considerações Finais

Os assentamentos rurais fazem parte de uma história recente na realidade brasileira e apresentam relevância para o desenvolvimento territorial com vistas a alcançar níveis de sustentabilidade.

Um desenvolvimento territorial sustentável perpassa pela gestão dos bens naturais, aliando conservação e preservação e a manutenção com qualidade e condições de vida das famílias camponesas.

Nesse sentido, os territórios de reforma agrária são espaços de resistência e resiliência, força e organização política camponesa frente ao avanço e ataques do agronegócio que de maneira nociva continua num processo intenso de degradação e ataques à diversidade de grupos sociais existentes no país.

O Assentamento Padre Jésus representa a força da classe trabalhadora camponesa, tendo em vista os processos organizativos, a luta pela terra e por melhorias no cotidiano das famílias.

É notório nos relatos dos entrevistados e dados da pesquisa que há uma agricultura multifuncional no Padre Jésus, quer seja na conformação de uma paisagem heterogênea permeada pela diversidade produtiva que gera condições para obtenção de alimentos para as famílias e a sociedade. Ainda, observou-se que as famílias mantêm a reciprocidade e relações de afeto e compadrio, quer seja em momentos para o desenvolvimento das atividades associadas à agricultura ou nas festanças de São Pedro, organização da feira livre, grupo de mulheres.

Ainda há muitos desafios a serem superados e solucionados na área de estudo, sobretudo no que tange à utilização de insumos químicos atreladas à produção cafeeira. Esse indicador também se materializa pelo fato dos agricultores entrevistados mesmo em face a diversificada produção de alimentos ainda estejam vinculados a um manejo de monocultura do café. Esse fator indica a perda de autonomia dos (as) agricultores (as), que estão cada vez mais dependentes do mercado, que dita o preço da produção, e ao mesmo tempo detêm grande parte da renda dos agricultores na compra desses agroquímicos e de sementes modificadas.

Sendo assim, o presente trabalho demonstra a capacidade dos assentamentos rurais em preservar e fortalecer a agricultura familiar. Uma agricultura diversificada e multifuncional que abasteça a mesa dos brasileiros, que guarda a tradição e ancestralidade em seu seio, que preserva e constrói paisagens rurais para além da monotonia das monoculturas, e que sobretudo, estimula o afeto e a solidariedade para com a comunidade.

Referências

- ABRAMOVAY, R. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão.** Campinas: Hucitec/Ampocs/Editora da Unicamp, 1992, p.135-207.
- ABRAMOVAY, R. Agricultura familiar e uso do solo. **São Paulo em Perspectiva**, abril/jun. v. 11, n. 2, p. 73-78, 1997.
- ALVES, A. F. **O caráter multifuncional da agricultura:** um estudo de caso no município de Rio do Sul-Alto Vale do Itajaí-SC. Dissertação (Mestrado em Agrossistemas). Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Agrárias. Programa de Pós-Graduação em Agroecossistemas, 2004.
- AMARAL, C. N *et al.* Contribuições da produção de autoconsumo em quintais para a segurança alimentar e nutricional e renda em Jangada, Baixada Cuiabana, MT. **Guaju-Revista Brasileira de Desenvolvimento Territorial Sustentável.** Matinhos, PR, v. 2, n. 1, p. 102-119, jan./jun. 2016. DOI: <https://doi.org/10.5380/guaju.v2i1.46425>
- BERGAMASCO, S.; PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M. E. **Por um atlas dos assentamentos brasileiros:** espaços de pesquisa. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.
- BOMBARDI, L. M. **Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Européia.** São Paulo: Laboratório de Geografia Agrária – FFLCH/USP, 2017, 296p.
- BONNAL, P.; MALUF, R. S. Políticas de desenvolvimento territorial e multifuncionalidade da agricultura no Brasil. **Revista Política & Sociedade, Florianópolis**, v. 8, n. 14, p. 211-250, abr. 2009. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2009v8n14p211>
- BRASIL. Lei n. 11.947, de 16 de junho de 2009. Lei da alimentação Escolar. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 16 jun. 2009. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2009/lei/l11947.htm> Acesso em: 8 jun. 2025.
- BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Agenda 21 e Biodiversidade. **Caderno de Debates e Sustentabilidade.** Brasília, DF. 23p. [s.d]. Disponível em: https://antigo.mma.gov.br/estruturas/agenda21/_arquivos/CadernodeDebates9.pdf. Acesso em: 5 jun. 2025.
- CANDIOTTO, L. Z. P. Aspectos históricos e conceituais da multifuncionalidade da agricultura. In: ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 14., São Paulo, 2009. **Anais...** São Paulo, p. 1-16. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/leaa/files/2015/03/asp_hist_conc_multifunc_agric.pdf> Acesso em: 7 jun. 2025.

CARMO, R. B. A. **A questão agrária e o perfil da agricultura brasileira.** 1999.
Disponível em: <<http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>> Acesso em: 26 jun. 2023.

CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. S. **Para Além da Produção:** Multifuncionalidade e
Agricultura Familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.

CARVALHO NETO, G. R. de. Multifuncionalidade da agricultura familiar e segurança
alimentar: caminhos para a concretização dos direitos humanos agroalimentares.
Revista de Direito Agrário e Agroambiental, Florianópolis, v. 2, n. 2, p. 151–166,
jul./dez. 2016. Disponível em: <https://indexlaw.org/index.php/rdaa/article/view/1262>.
Acesso em: 11 jun. 2025. DOI: <https://doi.org/10.21902/2526-0081/2016.v2i2.1262>

CHIODI, R. E.; MARQUES, P. E. M. Multifuncionalidade da Agricultura e Serviços
Ambientais: aproximações e distanciamentos como referenciais de políticas públicas.
Revista Desenvolvimento em Questão. Editora Unijuí, n. 45, 2018. DOI:
<https://doi.org/10.21527/2237-6453.2018.45.214-232>

ESPERA FELIZ. **A história de Espera Feliz.** Disponível em:
<<https://www.esperafeliz.mg.gov.br/historia/#>> Acesso em: 26 jun. 2023.

FAO - Food and Agricultural Organization. **El trabajo de la FAO en la Agricultura
Familiar:** Prepararse para el Decenio Internacional de Agricultura Familiar (2019-
2028) para alcanzar los ODS. Nova York, Estados Unidos: FAO, 2018. Disponível em:
<<http://www.fao.org/3/ca1465es/CA1465ES.pdf>>. Acesso em: 16 jun. 2023.

GOOGLE EARTH. **Vargem Alegre, Espera Feliz-MG.** 2023. Disponível em:
<<https://earth.google.com/web/search/Vargem+Alegre+++Espera+Feliz,+MG/>>
Acessado em: 21 maio 2023.

GRISA, C. **Riscos e consumo de alimentos na agricultura familiar:** a reemergência
da produção para autoconsumo. 2008. Disponível em: <<http://www.fao.org/fao-stories/article/es/c/1272957/>>
Acesso em: 16 jun. 2023.

HAESBAERT, R. **O mito da desterritorialização:** do fim dos territórios à
multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Agropecuário 2017 –
resultados definitivos:** agricultura familiar. Disponível em:
<file:///D:/TCC/Agricultura%20Familiar/agricultura_familiar.pdf> Acesso em: 16 jun. 2023.

JEAN, B. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento territorial sustentável:
rumo a um desenvolvimento territorial solidário para um bom desenvolvimento dos
territórios rurais. In: VIEIRA, P. F.; CAZELLA, A.; CERDAN, C.; CARRIÉRE, J. P.
Desenvolvimento Territorial Sustentável no Brasil: subsídios para uma política de
fomento. Florianópolis: Secco, 2010. p.49-76.

JESUS, A. S. S.; OMMATI, J. E. M. Segurança alimentar e revolução verde: questionamentos atuais acerca da luta contra a fome no plano internacional. **Revista do Direito Público**, v. 12, n. 3, p. 191-215, 2017. DOI: <https://doi.org/10.5433/1980-511X.2017v12n3p191>

LIMA, A. F; SILVA, E. G. A; IWATA, B. F. Agriculturas e agricultura familiar no Brasil: uma revisão de literatura. **Revista Retratos de Assentamentos**, v. 22, n.1, 2019. DOI: <https://doi.org/10.25059/2527-2594/retratosdeassentamentos/2019.v22i1.332>

MACHADO, G. B. **Afetividade e desenvolvimento:** a formação do servidor comunitário e as tecnologias sociais. Curitiba: Editora CRV, 2018.

MACHADO, G. B. Agricultura produtivista à agricultura multifuncional no sistema agrário do cacau. **Brazilian Journal of Development**, Curitiba, v. 5, n. 9, p. 13868-13890, set. 2019. DOI: <https://doi.org/10.34117/bjdv5n9-017>

MALUF, R. S. O enfoque da multifuncionalidade da agricultura: aspectos analíticos e questões de pesquisa. In: LIMA, D. M.; WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq; Paralelo 15, 2002.

MANIGLIA, E. **As interfaces do direito agrário e dos direitos humanos e a segurança alimentar.** São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009. DOI: <https://doi.org/10.7476/9788579830143>

MARQUES, P. E. M; LE MOAL, M. F.; ANDRADE, A. G. F. de. Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Estado de São Paulo: agricultura de proximidade em questão. **Ruris**, Campinas, v. 8, n. 1, p. 63-89, mar. 2014. DOI: <https://doi.org/10.53000/rr.v8i1.1741>

MARTINE, G.; GARCIA, R.C. **Os impactos sociais da modernização agrícola.** São Paulo: Editora Caetés, 1987, p. 270.

OLIVEIRA, I. L; FREITAS, L. F. S; MIORIN, V. M. F; STURZA, J. A. I. A multifuncionalidade e a pluriatividade na agricultura familiar: estudo no assentamento Zumbi dos Palmares- Dom Aquino/MT. **XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia**, Rio Claro, 13 (0): 94-111, jan./jun. 2015.

PEREIRA. J. M. M. Crédito Fundiário. In: CALDART, R. S.; PEREIRA, I. B; ALENTEJANO, P.; FRIGOTTO, G. **Dicionário de Educação do Campo.** Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.

PORTO, C. R. P.; PUNTEL, J. G.; CHUQUILLANQUE, D. A. Agricultura Camponesa e multifuncionalidade: muito além da produção. In: OLIVEIRA, R. J. de. (org.).

Extensão Rural: práticas e pesquisas para o fortalecimento da agricultura familiar. Guarujá, SP: Científica Digital, v. 2. 2021. Disponível em: <

<https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/210303896> Acesso em: 9 jun. 2025

DOI: <https://dx.doi.org/10.37885/210303896>

RÉMY, J. Os contratos territoriais de estabelecimento ou a conversão inacabada. In: CARNEIRO, M. J.; MALUF, R. (org.) **Para além da produção:** multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: Mauad, 2003, p. 153-168.

SABOURIN, E. Teoria da Reciprocidade e sócio-antropologia do desenvolvimento. **Sociologias**, v. 13, n. 27, p. 24-51, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222011000200003>

SANTOS, E. G. L; COUTO, V. A.; ROCHA, A. S. **A multifuncionalidade e a questão agrária no Brasil:** uma análise da agricultura familiar como geradora das novas funções da agricultura. CONGRESSO DA SOBER, 43., 2005. **Anais...** Ribeirão Preto, SP, 2005.

SHIVA, V. **Monoculturas da mente:** perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. Tradução de Dinah de Abreu Azevedo. São Paulo: Gaia, 2003.

SILVEIRA, A. F. S.; AMORIM, D. J. O.; NASCIMENTO, R. C. Assentamentos de crédito fundiário: o caso do assentamento padre jesus em espera feliz –MG. **SAPIENS - Revista de divulgação científica** – UEMG Carangola, v.1, n.02, 2019.

SOARES, A. C. O. A multifuncionalidade da agricultura familiar. **Revista Proposta**, 87, FASE. Rio de Janeiro, p. 40-49, 2000/2001.

VILLAR, J. P. **Práticas e saberes pela Agroecologia no Assentamento Padre Jésus em Espera Feliz – MG.** Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal do Rio Grande – Instituto de Ciências Humanas e da Informação, 2014.

WANDERLEY, M. N. B. O agricultor familiar no Brasil: um ator social da construção do futuro. **Agriculturas**. [s.l:s.n], v.especial, p.33-46, 2009. Disponível em: <http://agriculturas.leisa.info/index.php?url=getblob.ph&o_id=238382&a_id=211&a_seq=o>. Acessado em: 16 jun. 2023.

Recebido em 29/11/2024.

Aceito para publicação em 09/06/2025.